

PREFÁCIO

Ontem deu-me de repente na cabeça escrever sobre o meu amor. E, apesar disso, não vou fazê-lo. Que força os preconceitos têm! Libertei-me deles; mas penso nos que são seus escravos e que o meu papel pode cair à frente dos seus olhos. Retraio-me. Que mesquinhez. Não obstante, como símbolo deste momento vou registrar a letra – T - .
Konstandinos Kavafis

I faut écrire ce qu'on ignore.
Éric Vuillard

Silêncios, zonas de refúgio, sombras. Esse foi longamente o mundo de quem não partilhava a heterossexualidade durante o Estado Novo, e não houve alvorada de Abril redentora, que abreviasse o

opróbrio da condição homossexual em Portugal, com «*O dia inicial inteiro e limpo*» do poema de Sophia de Mello Breyner. Apesar do 25 de Abril de 1974 ser um marco importante, que determina o final da ditadura e o início da democracia portuguesa, com um luminoso processo revolucionário a partir do qual se inventava uma nova sociedade, não chegou com ele a liberdade para os homossexuais e lésbicas em Portugal. Não obstante, abria-se o caminho para a emergência de modalidades de associação e de acção colectiva, em busca do reconhecimento e da conquista de direitos, que iria tardar, porque nem tudo nas revoluções é instantâneo.

As ditaduras demoram a morrer, e a aprendizagem democrática não é repentina. O longo fascismo português impregnou as vidas, quotidianizou-se, e policiou longamente os costumes, traçando linhas fronteiriças entre o que era aceitável e o que não o era. Liminares em relação ao heteronormativo, quedavam as práticas homossexuais, num regime que apagava a fronteira entre a esfera íntima das escolhas e a vigilância omnipresente do Estado. Vigiar e punir, num policiamento rotineiro sobre pessoas e comportamentos, remetia para a privatização e a invisibilidade os homossexuais portugueses, porque o fascismo penetrava na intimidade, no modo de viver a vida, prescrevendo atitudes “correctas”, interditando e penalizando as que escapavam ao padrão. De modo mais precavido ou mais ostensivo, esboçavam-se formatos de resistência, adequados às condições com que se deparava, com «armas dos fracos», discursos ocultos, práticas dissimuladas – e não era alheia a esta resistência a pertença social de cada pessoa. As classes distinguiam a repressão, e a insubmissão.

Estado Novo, homossexualidade, resistências, memória – sob estes quatro domínios ergueu Raquel Afonso uma disser-

tação de mestrado em Antropologia, defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com uma brilhante nota final. É essa tese, com ligeiras modificações, que lhe retiram o lado mais académico, menos interessante para um público mais abrangente, que é agora convertida em livro. Nesta obra, encaminha-nos para o conhecimento de como foi vivida a não-heterossexualidade no fascismo português, uma ditadura opressiva e controladora. O trabalho agora publicado resulta de uma investigação que visibiliza pessoas que resistiram tão activamente como puderam, e tão passivamente como lhes era necessário, permitindo-nos conhecer como viviam os homossexuais durante a ditadura e o Estado Novo, e refletir acerca da homossexualidade, durante esse período.

Durante o século XX (e nestas duas décadas do séc. XXI), vários países viveram sob ditadura, com a homossexualidade perseguida e condenada, a nível legislativo, e submetida a discursos e práticas persecutórias a nível médico, religioso e social. Aprendemos com António Gramsci que os fascismos são tentativas de criar apoio popular para um projecto reaccionário, como alternativa à política conservadora tradicional, seja quando o conservadorismo como tal se mostre inexequível, seja porque os grupos subalternos surgem na cena política com demasiado poder para serem controlados pelos métodos habituais. Esse projecto tornou-se um fenómeno social total em vários países, num tempo que Eric Hobsbawm assinalou como «era dos extremos», com reflexos de âmbito político, económico, social, cultural. Para os historiadores, as eras estabelecem cortes, momentos propícios a novas inteligibilidades, com viragens e evidências da passagem entre «antes» e «depois». No que concerne à afirmação pública da homossexuali-

dade, com modos de ação colectiva, chegaria mais tarde esse corte, que será também uma ruptura no entendimento das sociedades. Vai ser necessária quase mais uma década depois da madrugada de Abril, sobretudo pela visibilidade que o combate à SIDA imporá, para que se evidencie a presença pública e mediática dos homossexuais e lésbicas, com formatos associativos reconhecidos.

Embora noutros países tenham surgido estudos sobre a memória dos homossexuais, em Portugal o processo tardou, sendo incipiente o conhecimento pelas ciências sociais acerca das suas vidas, a partir de dentro, dos próprios, além dos discursos médico e repressivo. Como viveram e como resistiram, de modo trivial e invisível? Apesar da repressão, houve também modalidades perceptíveis de organização e ação colectiva, através de um formato ostensivo? Ao longo do período de 48 anos do fascismo português ocorreram alterações, mudanças de substância ou pontuais, nos discursos e, sobretudo, nas práticas? Resgatar as memórias «fracas», não oficiais, subterrâneas, escondidas, interditas, no sentido que lhes atribui Enzo Traverso, é um dos objectivos conseguidos neste livro. As memórias fortes estão associadas à escrita da História, feita pelos vencedores. Recolocar as memórias subalternas, que foram remetidas para o domínio privado, levando-as a conquistar a praça pública, visibilizando-as, é um dos objectivos da antropóloga, que encara a sua realidade em processo e constrói uma etnografia retrospectiva de grande solidez, com instrumentos teórico-metodológicos interessantes e firmes.

Entendida como crime e como doença, durante a longa ditadura portuguesa a homossexualidade era encarada como antissocial, um desvio da norma, um anátema dentro e fora das famílias. Nos discursos e nos arquivos, Raquel Afonso detecta

uma realidade que se prolongou no tempo, e desafia-nos a identificar três temas centrais, que remetem em primeiro lugar para a diferença de tratamento dada aos homossexuais devido à classe social a que pertencessem, em segundo lugar, para o eixo do não-dito, que assim invisibilizava e assujeitava, e, finalmente, para a persistência de uma perspectiva masculina da homossexualidade.

“*Portugal era um país subalterno*”, diz-lhe um dos entrevistados, em que a ocultação do que era diverso do heteronormativo constituía uma constante. A homossexualidade era considerada crime e doença, sujeita a punição, a vigilância e a «tratamento». Longamente, foi enquadrada por discursos e práticas legais e médicas, que se aliavam a uma opressão quotidiana e abafante, hegemónica, de rua e de casa. Na família, no trabalho, na diversão, nos círculos mais íntimos, a ocultação era a regra, o que encaminha para uma auto-repressão que deixa marcas fundas. Embora onde haja repressão também surja rebeldia, mais pública ou mais camuflada, porque sob ditadura são arriscados os modos abertos de insubmissão, o repertório de resistência fazia uso de formatos camuflados, clandestinos, com dissimulação. Essa performance em que se tornavam as próprias vidas, com casamentos que encenavam uma “normalidade” desmentida, encenava rotinas que fossem política e socialmente aceitáveis, remetendo para um registo oculto os lugares de encontros clandestinos porque, como diz uma entrevistada, “*Tinha que viver a minha vida o melhor possível*”.

A polícia usava os seus métodos, com os infiltrados de comportamento ignóbil, com o recurso a modos aviltantes de controlo e vigilância, com locais de detenção que mesclavam homossexuais e vagabundos, e com apresentações periódicas nas esquadras, marcadas pela humilhação. Se a homossexualidade era reprimida, a resis-

tência tinha de encontrar caminhos viáveis, esboçados em formas quotidianas, que passavam pela dissimulação ou ocultação da homossexualidade e por práticas clandestinas, em locais de encontro, alguns identificados quase como zonas de refúgio. Debilitados nos seus quadros sociais, pois a família poderia não ser uma esfera de protecção, tinham de procurar no domínio das redes construídas os espaços de sociabilidade e protecção de que necessitavam.

Esta obra traz igualmente um triplo desafio para a prática da antropologia. Em primeiro lugar, incita a pensar a dupla natureza do trabalho de quem realiza etnografia retrospectiva, embebida e impregnada de um tempo, de um espaço e de um lugar ocupado na sociedade, ao fabricar os seus próprios documentos assentes nas memórias, e procedendo mais tarde a uma escrita baseada nelas. Muito menos do que sucede com as ciências ditas exactas, não há uma separação radical entre as ciências sociais e o seu objecto: cada investigação integra uma parte do mundo que se estuda e no qual se vive, interrogando o lugar de quem pesquisa. Em segundo lugar, conclama a pensar na variação das memórias e na instabilidade conjuntural dos comportamentos, que reenvia para a relação entre a Antropologia e a História, quando aquela incorpora a dimensão diacrónica, convertendo o trabalho de campo numa ferramenta, entre outras, para a obtenção de dados. Finalmente, este trabalho conduz a interrogar a distinção entre o material recolhido e a escrita antropológica, com uma construção pessoal em torno de um objecto, em que o par experiência-expectativa estabelece uma relação entre a produção científica e o mundo que se deseja – ou seja, é uma projecção na direcção do porvir.

Assim, lido este livro, sobressai uma nova interrogação, que impele para renovadas sendas de pesquisa: quanto se distin-

guia o comportamento das ditaduras, que vigiaram, encarceraram e medicalizaram os homossexuais, do que foi longamente norma em regimes considerados democráticos? Se, após quarenta e oito anos de ditadura, com o 25 de Abril de 1974 o ar se tornou respirável em Portugal, os dezanove meses de revolução não se traduziram imediatamente numa mudança das mentalidades e das atitudes. O processo de visibilização de gays e lésbicas, através da acção colectiva, ainda demoraria. Os movimentos organizados e a ocupação do espaço público para reivindicar um lugar não asujeitado, cresceriam nos anos 1980, num contexto em que o papel da SIDA levou à procura do conhecimento sobre os processos socioculturais da sexualidade e do género. Devido ao potencial epidémico da SIDA, os usos privados dos corpos, com a remissão do prazer para a intimidade, tornaram-se objecto de implicação colectiva, com políticas públicas delineadas para o seu combate. Espera-se, assim, as fases seguintes do trabalho da autora, quer comparando a situação dos homossexuais na ditadura portuguesa com outras ditaduras – e a franquista, aqui mesmo ao lado, é o primeiro apelo – quer com as situações em algumas democracias, em vários pontos do globo. Afinal, a insubmissão expressa em Stonewall foi só em 1969. Ganhar a luz, a palavra, a ágora, foi um processo lento.

Santiago de Compostela e Lisboa, Maio de 2019

Paula Godinho

*Departamento de Antropologia e
Instituto de História Contemporânea, FCSH-NOVA*